

14 NOV 1991

Economia - Brasil

Joelmir Beting

*"Jamais pedi um empréstimo.
É um péssimo negócio."*

Amador Aguiar (1904-1991), banqueiro.



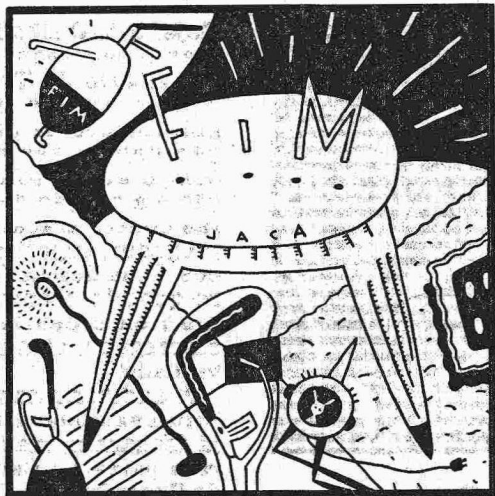
ESTADO DE SÃO PAULO

Adiado o fim do mundo

O Brasil não acabou em outubro e não vai acabar no fim do ano. Para uma platéia de empresários ressabiados, o ministro Marcílio Marques Moreira cuidou de martelar dois pontos na toca da onça, o plenário da Fiesp: 1) a inflação de novembro pode ficar abaixo da inflação de outubro; 2) haverá redução da cunha fiscal embutida no crédito bancário. Tradução: a hiperinflação, trombeteada no mês passado, fica mais uma vez postergada. E o importante: sem choque, sem intervenção, sem congelamento. O ministro só faltou dizer, limpando os óculos: "Os senhores já podem queimar as gorduras recolocadas nos preços."

□□□ No lance da cunha fiscal, reivindicado pelos empresários, deve acontecer o seguinte: os juros vão baixar para o tomador do crédito, mas não para o poupador do recurso. O banco nada perde na contração do spread. Quem deixa de ganhar é o governo, que já ganha muito: até aqui, perto de 60% da diferença entre o que o banco paga ao investidor e o que cobra do mutuário.

□□□ Em mercados abertos de economias organizadas, juros reais positivos atraem capitais externos. Isso reforça o impacto antiinflacionário do aperto monetário. Primeiro, porque amplia a capacidade de importar, acionando a concorrência de fora para dentro. Segundo, porque refina o setor público também de fora para dentro, sem esvaziar a poupança interna à disposição do setor produtivo. Como o Brasil ainda está fechado, o plano de estabilização não pode contar com esse generoso efeito lateral da política monetária. Fechadura é atraso.



□□□ Abertura é o que se faz na Tunísia, primeiro tigre africano. O embaixador Renato Bayma Denys escreve, de Tunis, à coluna: "Há mais de 700 empresas estrangeiras instaladas na Tunísia. E outras 500 em fase de implantação. O advento da Europa Unida tende a nivelar custos pela parceria mais forte. Inclusive, salários. Portugal, Espanha e Itália estão buscando maior poder de competição na Tunísia, novo paraíso fiscal. Fábricas de exportação desfrutam de isenção fiscal por 20 anos e podem remeter, sem ônus, até 100% dos lucros auferidos. E são financiadas em até 70% do valor do projeto. Com prazo de até oito anos e juros de 8% a 11% ao ano. Até os americanos, ingleses e japoneses já descobriram a Tunísia. Podemos competir com a Tunísia?"